

Empresa nacional divide militares do CSN

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — A divisão em torno da definição de empresa nacional no projeto de Constituição não atinge apenas os 559 constituintes. Já mexe também com o Conselho de Segurança Nacional. Na sexta-feira passada, por exemplo, o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denis, que é também o secretário-geral do Conselho, disse aos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) que o órgão nada tinha contra o projeto do *Centrão* em relação à empresa nacional. Ao mesmo tempo, um grupo de oficiais do CSN, com patentes de coronel, atuava juntamente com constituintes da Frente Parlamentar Nacionalista, pelos gabinetes do Congresso, cabalando votos para o texto sobre a empresa nacional aprovado pela Comissão de Sistematização.

A diferença dos projetos do *Centrão* e da Sistematização sobre empresa nacional é grande. A Sistematização define como empresa nacional aquela cujo controle decisório e de capital esteja "em caráter permanente, exclusivo e incondicional" em mãos de pessoas que morem no país, criando-lhe proteção tecnológica, incentivos fiscais e preferência para aquisição de bens e serviços. Já o *Centrão* define como empresa brasileira toda aquela que funcione no país, mesmo sendo sob controle estrangeiro. A proposta admite benefícios temporários à empresa nacional mas não permite que esta receba qualquer tipo de preferência.

Euforia — "Temos aliados" — disse neste fim de semana o relator-adjunto da Constituinte, deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), ao líder do PMDB, senador Mário Covas, que passou o sábado e o domingo reunido com as lideranças dos partidos, discutindo a parte da Ordem Econômica da futura Constituição.

A aproximação dos oficiais do Conselho de Segurança Nacional com os constituintes da Frente Parlamentar Nacionalista começou na quarta-feira da semana passada, quando o deputado Luís Alfredo Salomão (PDT-RJ) foi discretamente ao Palácio do Planalto, em companhia do senador Severo Gomes (PMB-SP) em busca de subsídios para a defesa do conceito de empresa nacional contido no projeto da Comissão de Sistematização.

Salomão contou ontem que, para sua surpresa, os oficiais tinham um amplo acompanhamento do debate e achavam o texto aprovado muito fraco. "Isso é um absurdo" — disse um oficial ao deputado, segundo ele contou ontem, ao analisar o texto. Segundo Salomão, os oficiais desejam uma definição mais restritiva sobre a empresa nacional, tendo apreciado muito a emenda que foi apresentada pelo deputado Adolfo Oliveira. Por ela, seriam empresas nacionais aquelas de capital exclusivamente brasileiro e sem nenhum vínculo com empresas estrangeiras. No entanto, Salomão disse que essa emenda não entraria mais em discussão porque Adolfo não apresentara um pedido de destaque para ela.

Reuniões não superam dúvidas

Vinte e uma horas de negociações não foram suficientes para as lideranças da Constituinte acertarem qualquer acordo em torno do título da Ordem Econômica, previsto para ser votado a partir de amanhã. Hoje os constituintes continuarão a negar quórum à sessão da Assembleia, convocada para ter início às 14h30m. Com isto as lideranças ganham tempo para consultar suas bases parlamentares sobre as diversas alternativas de acordo levantadas durante o fim de semana. "No final da tarde, conforme expectativa do deputado Antônio Brito (PMDB-RS), talvez possamos iniciar a reunião que produzirá efeitos conclusivos".

Dos dez pontos mais debatidos pelas lideranças no ciclo de reuniões inconclusivas iniciadas ainda na quinta-feira, três se mantêm na perspectiva de gerar conflitos: a regulamentação do acesso de capital à pesquisa de lavra de minerais, a definição do direito de propriedade rural, o conceito de "funções simultâneas" a serem exigidas da propriedade rural. Brito lembra, no entanto, que esta relação pode ser reduzida ou ampliada, dependendo da aceitação pelos constituintes das propostas de conciliação. "A questão agora é muito simples; ou partimos para um entendimento mais amplo possível, ou teremos um festival de buracos negros neste título", alerta o deputado gaúcho.

Mobilização — "Se o *Centrão* não aceita nem o que foi aprovado na Comissão de Sistematização — comentou Salomão — imagine a emenda do Adolfo..."

No entanto, os oficiais do Conselho se mobilizaram para manter o texto da Comissão de Sistematização e, na quinta-feira passada já havia coronéis se movimentando pelos corredores e gabinetes do Congresso. Vários constituintes foram procurados, como Severo Gomes e os deputados Nilton Friedrich (PMDB-PR), Fernando Gasparian (PMDB-SP), Ademar de Barros (PDT-SP), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Hélio Duque (PMDB-PR).

Em conversas com esses constituintes, os oficiais ponderaram que o texto da Sistematização era amplo demais pois permitiria que uma empresa com 49% de capital estrangeiro fosse considerada nacional. Salomão concordou em parte com a observação, assinalando que, muitas vezes, o capital nacional perde o controle sobre uma empresa, principalmente em operações de cessão de tecnologia estrangeira, já que são obrigados a se submeter às exigências de quem a fornece.

Segundo constituintes como Nilton Friedrich, esses oficiais manifestaram preocupação com a sorte de determinadas empresas de ponta, como da química fina, mecânica de precisão, informática e armamentos. Sem uma definição de empresa nacional, essas indústrias de capital nacional ficariam sob o risco de soçobrar diante de uma ofensiva de empresas estrangeiras. A mecânica de precisão, por exemplo, é fundamental para a indústria de armamentos, aeroespacial e o próprio programa nuclear alternativo desenvolvido pelo governo.

A presença desses oficiais do Congresso foi detectada e provocou reações no *Centrão* pois já se espalhara pelos corredores a informação de que o Conselho de Segurança Nacional defendia o texto da Comissão de Sistematização.

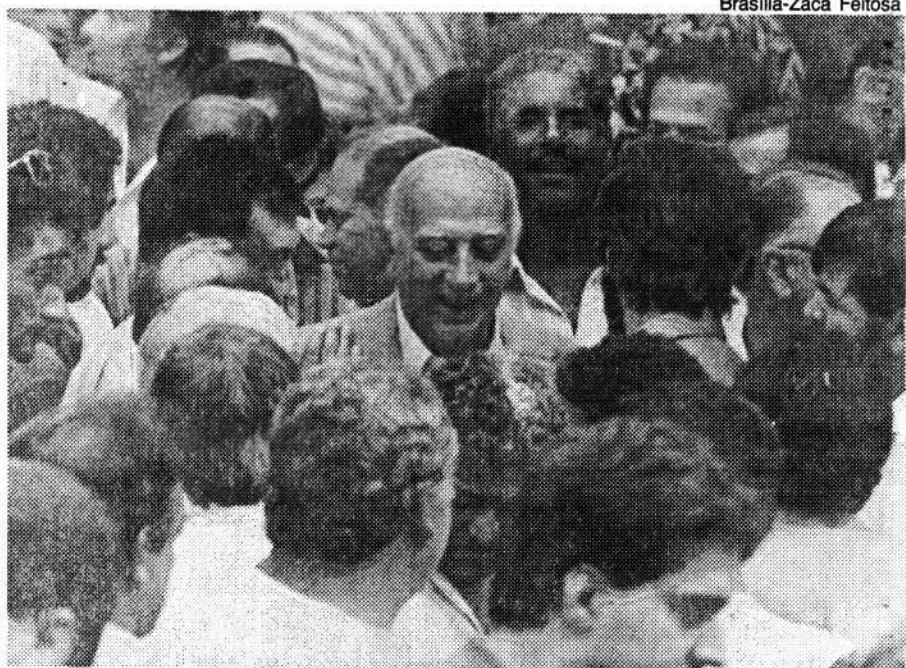
"Nós soubemos disso — disse ontem o deputado Luiz Roberto Ponte — e houve uma reunião entre os deputados Luís Eduardo Magalhães, Ricardo Fiúza, Bonifácio de Andrada, José Geraldo Ribeiro e Paes Landim. Ali foi decidido que o Fiúza e o José Geraldo iriam procurar o ministro Bayma Denis". Ponte disse não ter detalhes desse encontro, que ocorreu sexta-feira, no Planalto, mas assegurou que o ministro-chefe do Gabinete Militar garantiu aos dois líderes do *Centrão* que o Conselho não vetava as propostas do grupo sobre empresa nacional.

Detectada sua presença, os oficiais do Conselho de Segurança se retrairam. No entanto, segundo alguns constituintes da Frente Parlamentar Nacionalista, voltarão à carga hoje, pedindo votos para o texto da Comissão de Sistematização.

"É natural que eles ajam assim — disse o senador Mário Covas. Importantes setores das Forças Armadas são nacionalistas e a questão da empresa nacional envolve a própria soberania nacional".

Riscos — "A ameaça de um excesso de buracos negros — que ocorre quando nenhuma das alternativas de texto consegue 280 votos — pode favorecer o surgimento de algum tipo de acordo momentos antes da votação de cada tema polêmico", acredita o senador Severo Gomes (PMDB-SP), que na condição de relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, tem coordenado os entendimentos. Para o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) — um dos líderes do *Centrão* — esta perspectiva é correta "desde que se leve em conta a disposição do *Centrão* de não ceder nos pressupostos filosóficos de apoio à livre iniciativa e rejeição a uma acentuada intervenção do Estado na economia.

Durante o fim de semana participaram das reuniões de entendimento pelo lado do *Centrão*, além de Luiz Roberto Ponte, os deputados Bonifácio Andrada (PDS-MG), Rosa Prata (PMDB-MG), Allysson Paulinelli (PFL-MG) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Pelo seguimento nacionalista e reformista atuaram os senadores Mário Covas (PMDB-SP), Severo Gomes e José Fogaça (PMDB-RS) e os deputados Virgildásio de Senna (PMDB-BA), Hélio Duque (PMDB-PR), Mauro Campos (PMDB-MG), Nilton Friedrich (PMDB-PR), Jorge Hage (PMDB-BA), Luiz Salomão (PDT-RJ) e Fernando Santana (PCB-BA).



Ulysses acha importante dobrar o "Cabo das Tormentas"

Ulysses alerta para confronto

SÃO PAULO — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, alertou ontem, na Capital paulista, que haverá confronto na votação dos dispositivos da nova Ordem Econômica para o país, admitindo que "são profundas as divergências entre os textos do *Centrão* e os da Comissão de Sistematização". Com a linguagem de um velho lobo do mar, Ulysses observou: "Chegou a hora de dobrarmos o nosso Cabo das Tormentas."

Temido pelos navegadores do século XV, este ponto geográfico no extremo sul da África acabou sendo cruzado por Vasco da Gama e se tornou a grande via de comunicação entre Europa e Ásia, mudando até de nome para "Cabo da Boa Esperança". O Cabo das Tormentas, na versão do presidente do PMDB, consiste em três pontos nevrálgicos do capítulo da Ordem Econômica, que será votado esta semana pela Constituinte: a definição de empresa nacional e estrangeira, a exploração dos recursos minerais do Brasil e a questão da distribuição de combustível (que passaria a ser monopólio da Petrobrás). Para o presidente da Constituinte, "o entendimento está difícil, mas não impossível".

Palavra feminina — Ulysses, que deu entrevista na sede regional do PMDB paulista antes de embarcar para Brasília, mostrou-se bem disposto e tirou um papel do bolso do paletó para comprovar que os trabalhos da Constituinte seguem rápidos. Ignorou pergun-

tas dos repórteres de televisão sobre ameaças de buracos negros na votação e atalhou:

"Já aprovamos 1 mil 333 dispositivos do texto constitucional, o que representa 73,5% de seu conteúdo integral. Os restantes 26,5% estarão dentro do ritmo de 35 dispositivos apreciados a cada sessão. É claro, se não houver percalços pelo caminho, com longas discussões sobre questões de muita divergência."

O tom de otimismo de Ulysses Guimarães condimentou sua convicção de que os casos realmente complicados acabem sendo solucionados através de legislação ordinária. "E falar em legislação ordinária não é escapismo." Durante sua entrevista numa das salas do PMDB paulista, o presidente da Constituinte encontrou-se com o governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, que acompanhou a prévia da escolha dos delegados do PMDB paulista. A Convenção Nacional do partido está prevista para 5 de junho.

Ulysses não quis comentar a repercussão dos trabalhos da CPI da Corrupção: "Como, bebo e durmo com a Constituinte, que aliás é uma palavra feminina". Sobre a suposta prorrogação das eleições municipais, marcadas para novembro, reagiu: "Vamos ter eleição municipal este ano. O país precisa acabar com essa história de achar que eleição é problema. Ora, ela sempre foi solução".

Pontos polêmicos preocupam

Dos pontos polêmicos debatidos pelas lideranças da Constituinte no fim de semana, em torno da Ordem Econômica, seis despertaram maior atenção. Para cada um deles há alternativas de entendimento, ora oferecidas pelo *Centrão*, ora propostas pelo grupo nacionalista.

Empresa Nacional — A proposta do acordo é pela adoção do *caput* elaborado pelo *Centrão* — "será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração" — acompanhado de um parágrafo conceituando a empresa brasileira de capital nacional. A sugestão dos nacionalistas é de que se adote o seguinte texto: "Será considerada empresa brasileira de capital nacional a pessoa jurídica com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas no país". O *Centrão* quer transferir a caracterização de controle decisório para a lei ordinária, o que ainda não é aceito pelos nacionalistas.

Situações especiais — O senador Severo Gomes pensa em aceitar a proposta do *Centrão*, desde que seja encontrada uma fórmula mais rigorosa para a conceituação da nacionalidade de empresas de tecnologia de ponta. O senador teme que a liberalidade do texto conspire contra a reserva de mercado da Informática.

Recursos minerais — O *Centrão* propõe que os nacionalistas troquem o texto da Sistematização, que nacionaliza a pesquisa e a lavra de minerais no Brasil, por uma emenda que prevê a exclusividade do capital nacional na extração de minerais estratégicos e na mineração em áreas de fronteiras e nas reservas indígenas. Os nacionalistas, por seu lado, pensam em patrocinar uma emenda que defina

um conceito próprio de empresa nacional na atividade mineral.

Questão urbana — Duas questões estão em suspenso neste capítulo. O *Centrão* deseja que no dispositivo que institui o usucapão em área urbana, após cinco anos de ocupação do imóvel, sem oposição, seja incluída o termo "sem oposição e nem reconhecimento de domínio alheio". Este adendo evita a vulnerabilidade da área pública ao instrumento do usucapão. O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) discorda desta interpretação. O outro ponto polêmico se refere à sujeição do imóvel subutilizado ao processo de desapropriação. O *Centrão* alega que o termo *subutilizado* é demasiadamente vago e quer eliminá-lo. Brito não aceita.

Direito de propriedade/simultaneidade — O *Centrão* alega que o direito de propriedade já está definido no artigo 6º da Constituição e que não há porque caracterizá-lo especificamente para o meio rural. Os progressistas discordam desta abordagem. O *Centrão* quer ainda que seja suprimido do parágrafo único do artigo que determina o direito da propriedade o termo "simultaneamente", que obriga o imóvel a obedecer a uma série de exigências para ter sua função social reconhecida. Os parlamentares do *Centrão* propõem que a simultaneidade seja estabelecida em lei ordinária. A proposta de acordo é pela reformulação do artigo, cabendo no novo texto a definição conjunta de direito de propriedade e simultaneidade de obrigações.

Propriedade produtiva — O *Centrão* quer preservar a propriedade produtiva da ameaça de desapropriação. Os progressistas acham que deve ser preservada apenas a propriedade que cumpre sua função social, pelo adequado uso produtivo. A proposta da conciliação é para que a questão seja definida em legislação própria.